

DE MÁ A BOAZINHAS: AS PORTAS DE SAÍDA DA PROSTITUIÇÃO

Mirielly Ferraça

Este trabalho tem como *corpus* entrevistas realizadas com garotas de programa de uma boate (*Porto das Sereias*), situada em Cascavel, no Paraná. A coleta de dados ocorreu em 2012, com o consentimento do Comitê de Ética em Pesquisa, trabalho inscrito na Plataforma Brasil. Este artigo tem como objetivo principal verificar quais são os caminhos apontados pelas entrevistadas para deixar a prostituição e refletir sobre seus enunciados, com base na Análise de Discurso de orientação francesa.

Assim, o fio condutor desta pesquisa é a análise Pechêutiana (PÊCHEUX, 1997), viés que movimenta as análises discursivas por meio da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico. É a partir da e na linguagem que o sujeito se constitui, dentro de um contínuo processo ideológico e, assim, é por meio da materialidade linguística que é possível observar o funcionamento da língua, indissociada da história e da ideologia: “A linguagem configura as pistas para que possamos chegar um pouco mais perto do sujeito, e a Análise do Discurso possibilita que o conhecimento constitua-se além do ‘achar’ de cada pesquisador e fora de qualquer modelo pré-concebido” (LAGAZZI, 1988, p. 51). Para que a análise proposta neste trabalho seja possível, interessa ao analista a materialidade discursiva, na qual se inscrevem possibilidades de reconhecimento dos efeitos de sentido presentes nos enunciados, assumindo, acima de tudo, a não transparência da linguagem. O papel do analista nesse processo é buscar perceber os efeitos de sentidos que permeiam o discurso, não se reportando a regras, “mas [à]s suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si, mas o seu funcionamento no discurso” (ORLANDI, 2001 a, p. 64–65).

Vale dizer que este artigo é um recorte de um trabalho mais extenso e por isso se faz necessário tecer algumas considerações sobre a entrevista e a análise, para que o leitor tenha uma compreensão mais abrangente do estudo realizado e consiga estabelecer algumas relações de sentido com a análise deste material.

Durante toda a entrevista, as entrevistadas não se nomeiam garotas de programa (ou algo semelhante), elas estão sempre negando que ocupam tal lugar e se colocam em outras posições sociais: mãe, ex-esposa, filha, desempregada. Tal fato se repete quando elas apontam as possíveis saídas, já que querem adentrar novamente uma posição social aceita. O discurso materno é fortemente usado como justificativa para estarem na prostituição e é uma das justificativas que as situam num outro lugar:

(SD 01) Minha filha tem 14 anos, né? E meu filho tem 12. E... **é o meu foco**, na verdade, né? **Meu e de todas daqui**. Assim, **trabalho assim nessa vida pra dar o melhor pros meus filhos** (Duda – grifos meus).

(SD 02) Então, eles são alguma coisa pra pode alegre nós por dentro, **pior nós seria se nós tivesse abandonado nossos filhos, tivesse jogado na**

rua, alguma coisa assim. Não. Nós tamo aqui por eles. Por eles que nós tamo aqui. Então, ninguém tem que fala nada. Só que é feio minha filha sabê, minha filha com 12 anos que eu to na zona (Carol – grifos meus).

O sacrifício materno está presente nas SDs anteriores; é pelos filhos que elas se prostituem. Tais dizeres colocam as garotas de programa num patamar elevado, como boas mães, até porque, como Carol afirma na SD 02, pior elas seriam se tivessem abandonado os filhos. Ou seja, elas se mostram cumpridoras do papel destinado às mães, são exemplos a serem seguidos. Mas, ao mostrarem-se como boas mães, elas apagam o lugar contraditório que ocupam, já que para a moral ocidental vigente, a boa (esposa, mãe, dona de casa) não pode ser ao mesmo tempo a má mulher (garota de programa, desvirtuosa, pecadora). Apagam ainda o fato de que elas fizeram a escolha e que recebem os frutos pelos serviços que prestam; as garotas, assim como os filhos, também se beneficiam da prostituição. Elas não se denominam “garotas de programa”, ou “prostituta” e não admitem a escolha que fizeram, sendo os “culpados” os filhos, as amigas que as influenciaram, o fatídico destino, a separação e o desemprego. Não admitem e escondem de familiares, amigos e conhecidos o que fazem para ganhar dinheiro, justamente porque há uma memória social que recaí sobre a prostituta, condenando-a acima de tudo. Mesmo que elas apresentem “n” “desculpas”, que se coloquem por meio do discurso em outros lugares sociais, que busquem justificar o que fazem, ainda assim as justificativas não as redimem socialmente e por isso a intensa negação aparece em seus enunciados.

Outro ponto que merece ser comentado é o fato de elas sofrem com o estigma existente sobre a atividade que exercem, mas no mesmo fio moral avaliativo elas condenam as colegas. Ana Paula e Carol se mostram horrorizadas com o fato de uma das meninas que possui “tudo na vida” (emprego, pai, carro, fazer um curso universitário) dizer que gosta de se prostituir:

(SD 03) **Ela dizia: Mas eu gosto, eu quero.** Aí foi onde que nós, né? se mata aqui dentro, todo mundo choro. E ela sumiu, nunca mais... **o pai dela tirou tudo dela, tiro estudo, tiro tudo, tudo, tudo, tudo. Hoje ela tá se fudendo na vida porque perdeu a oportunidade. E nós já não têm essa oportunidade. Se nós tivesse, meu Deus... se eu tivesse oportunidade, não taria aqui nunca** (Carol – grifos meus).

Vender o corpo só é admitido por elas se estiver atrelado a uma justificativa, assim como elas apresentam; já gostar de se prostituir não é admissível por elas (pelo menos isso não é dito). Ou seja, o fio da navalha corta para os dois lados, a moral que condena as entrevistadas é a mesma usada para condenar a garota descrita. O sujeito, sendo ele o indivíduo interpelado pela ideologia, não consegue sair da moral social que o constitui (PÊCHEUX, 1997), por isso o mesmo lado do pêndulo é usado para julgar as próprias colegas, inclusive as outras podem e são reconhecidas como pertencentes a esse lugar marginalizado que as entrevistadas tanto negam:

(SD 04) **Morreu uma mulher matada lá na BR, era puta.** Ninguém não foi nem lá vê o corpo dela (Carol– grifos meus).

(SD 05) **Somos, pra muitos ali fora, somos garotas de programa, mas não é, somos garotas de família com problemas financeiros... que é um**

método, curto, rápido e preciso de ganhar dinheiro. Como assim, como é que tu vai trabalhá pra ganha um salário por mês, né? Não tem nem como, né? (Duda – grifos meus).

(SD 06) Eu sempre digo assim, oh: **Eu não sou puta, eu sou menina de família com pobremas financeiros: SPC, Procon, Serasa** (Carol – grifos meus).

A ideologia, o interdiscurso, a memória discursiva e as condições de produção são tão imperativas que os sujeitos se dizem a partir do que é dito sobre eles. É possível observar, na materialidade linguística, que as entrevistadas reproduzem a moral vigente, condenando as próprias práticas e repetindo o que é dito sobre a prostituição.

As garotas de programa deste trabalho não só evidenciam um discurso contraditório, como também se mostram mulheres divididas, que ocupam lugares opostos na sociedade e, para lidar com a contradição em que vivem, precisam justificar-se, desculpar-se e isentar-se da “culpa”, que sentem por serem mães e venderem o corpo para sustentarem os filhos, por serem ex-esposas que passaram do “sexo civil” para a venda de sexo, por serem filhas que precisam esconder da família o que realmente fazem para ganhar dinheiro. Ora estão à margem, ora fazem parte da dinâmica social, ainda que não plenamente. Entretanto, esse lugar contraditório tende a mudar, já que elas apontam as portas as farão ocupar definitivamente (e acertadamente) lugares tidos como louváveis.

SAÍDA DO PORTO DAS SEREIAS: EM BUSCA DO PORTO SEGURO

Para o “mal”, há solução; para o pecado, há o perdão; para a prostituta, há a redenção e, para o caminho, aparentemente sem volta, há saídas. Com exceção de Mônica que passou a se prostituir recentemente e afirma ser esta uma prática temporária, Carol, Ana Paula e Duda estão na “vida fácil” há mais de 10 anos, mas todas apontam as mesmas portas que usarão como saída: “novo” emprego, educação e casamento:

(SD 07) **Nossa, eu já trabalhei de tudo: já fui secretária, já trabalhei em pastelaria, já trabalhei de vendedora, já trabalhei de empregada, de tudo já fiz um pouco.** Meu último emprego era numa loja, eu era vendedora lá. Têm uns cinco meses que eu saí da loja. Eu fui mandada embora porque minha patroa comprou uma loja e a lojinha já tava falida e ela, tipo assim, não investe muito na loja. Como trabalhava só eu e a filha dela, ela não ia despedi a filha dela e ela decidiu despedi eu, mas ela gosta muito de mim, ela tá tentando arrumar outro serviço pra mim. **Assim que arrumá outro serviço, aí eu volto, aí eu não venho mais trabalhá em boate, prefiro ficar trabalhando lá, porque pra mim é melhor, né?** (Mônica – grifos meus).

Mônica afirma que já fez de tudo um pouco, mostrando que nem sempre foi prostituta e que procurou outros empregos antes de ir para o meretrício. Apesar de profissões “simples”, com baixo status social (se comparadas com a profissão de médicos, enfermeiras ou engenheiros, que são consideradas pela sociedade como profissões de prestígio), declarar que já desempenhou outras atividades e que teve outros vínculos empregatícios objetiva mostrar que Mônica buscou

“ganhar a vida” de outra maneira, ou seja, de um modo “correto” e “digno” em face do que pregam os valores sociais. Mônica “tentou”, mas o desemprego, o divórcio, os filhos e a falta de recursos financeiros a levaram ao *Porto das Sereias*; mas, de acordo com Mônica, assim que ela “arrumá outro serviço”, regressará à sua cidade, deixará de frequentar boates e deixará a prostituição.

E o discurso é apanhado em contradição: ela já exerceu outras atividades consideradas corretas, mas, no fundo, essas práticas não traziam o que ela precisava, dinheiro rápido, e por isso recorreu à prostituição. Ela *optou* pela prostituição, apesar de negar isso. O discurso de Mônica é determinado pelo fator econômico, ela sabe, com conhecimento de causa porque já vivenciou isso, que as atividades já desempenhadas não trazem o alto retorno financeiro desejado e, assim, a venda do corpo apresentou-se como uma alternativa rápida e lucrativa, mas Mônica, assim como as demais entrevistadas, nega serem essas as razões que a levaram ao *Porto das Sereias*, justamente porque ela não pode dizer que deseja estar ali, a ordem do prazer e do desejo é negada. Como se pode perceber, o discurso é marcado por desculpas que tentam justificar o que fazem, justificando na ordem do consciente porque se encontram na prostituição.

Ao assumir uma posição-sujeito, o sujeito discursivo representa lugares sócio-históricos determinados e nos quais ocupa posições. Mônica recorda e defende outros lugares que ocupou no campo profissional, mesmo que essas atividades não tenham reconhecimento financeiro elevado. Ela se afirma “secretária”, “pasteleira”, “vendedora” e “empregada”, mas não “puta”. Citar todas as ocupações já realizadas faz com que Mônica, no fio do discurso, constitua de si a imagem de uma mulher trabalhadora, encarada, em face da memória discursiva vigente, como pessoa “dedicada”, “honestas” e “virtuosas”. Vender o corpo, ainda que sob tantas justificativas (que no fim não a redimem), é um lugar temporário, quase não dito ser ocupado por ela.

Mônica afirma que regressará a sua cidade assim que arrumar outro emprego: “aí eu não venho mais trabalhá em boate, prefiro ficar trabalhando lá, porque pra mim é melhor, né?”. O sujeito não detém o controle de seu dizer, mas pode fazer uso da língua a seu favor, mesmo que esteja imerso no sistema ideológico do qual faz parte e compartilha. Assim, num jogo de relações imaginárias, em meio ao acontecimento do discurso, Mônica inicia uma série de imagens que o interlocutor pode fazer dela e, com isso, a partir da moral estabelecida e da ideologia que a interpela, ela afirma que a prostituição é passageira em sua vida e que ela deseja regressar a sua cidade e trabalhar em outra atividade, por ser “melhor para ela”. Por meio dessas imbricações, Mônica afirma que prefere, de fato, regressar ao “bom” caminho e se tornar (novamente) uma “boa” mulher.

A SD mostra a prevalência da formação discursiva de base econômica e financeira, ou seja, capitalista. A prostituição não é vista por Mônica como uma ocupação com a qual somente seria possível subsidiar os gastos mínimos, mas está associada ao dinheiro rápido, “fácil” e, se comparada com outras atividades que ela mesma exerceu, elevado. Pode-se perceber que as atividades empregatícias que não oferecem altos ganhos são descartadas por Mônica, apesar de seu discurso (complexo e contraditório) ainda afirmar que, quando encontrar outro emprego, retornará à cidade em que mora. Se essa é a alternativa e a saída, por que Mônica não a tomou antes mesmo de passar a frequentar boates? Ela teria podido fazê-lo, mas preferiu o caminho que

trilha agora. As saídas já foram testadas e falharam: por que acreditar nelas, então? Porque há um imaginário tenaz que doma e domestica os sujeitos, impedindo-os de ver o que está ante os seus olhos e os faz crer no que sempre creram.

A formação discursiva capitalista está ancorada sobre a lógica que privilegia, dentre outras questões, o lucro, que em sentido mais básico se traduziria no acúmulo de dinheiro; nesse contexto, a felicidade está diretamente associada à sensação de liberdade provinda do consumo, às vezes, desenfreado. As práticas discursivas sobre as relações de trabalho são orientadas de modo a fazer o sujeito cumprir a função ideológico-política do processo contraditório e desigual da organização da sociedade de classes, sem se dar conta de que os lugares discursivos são constituídos nessa formação discursiva capitalista. Se há alguém disposto a pagar por sexo, por que não vendê-lo? São esses efeitos de sentido que se percebe na SD 08:

(SD 08) Ninguém quer ficar trabalhando, limpando o chão dos outros, sabe? Porque vai dormir com um homem **e às vezes em um mês você tira um salário que você faz em uma hora, 20 minuto, 30 minuto.** Então, por isso que, às vezes, **as meninas ficam mais na vida do que trabalhando honestamente.** E cada menina **qué coisa boa**, e não vai ficar trabalhando pros outros pro resto da vida **e qué vivê ali, né? Onde o dinheiro é bem mais fácil** (Mônica – grifos meus).

A entrevistada deixa claro que a prostituição é, enfim, uma prática que propicia altos ganhos e se pode alcançá-los de maneira rápida. Entretanto, nota-se que ela não está descrevendo a si própria (embora no fio do discurso esteja); ela se refere às outras garotas, como quando cita “as meninas ficam mais na vida”. Dessa forma, apesar de dizer que a prostituição é rentável, ela não se afirma enquanto garota de programa. Assim, a prostituição é descrita como uma prática “boa”, no sentido de trazer retorno financeiro rápido, mas só é e só pode ser dita assim, porque Mônica diz isso ao falar das “meninas” e não dela. O julgamento recai sobre o outro, nunca sobre elas mesmas; é como se Mônica apagasse na SD 08 que ela também se beneficia das “facilidades” da prostituição. Nota-se, portanto, que ela não se assume enquanto x (garota de programa).

Evidenciando a formação discursiva capitalista, Mônica afirma que é possível ganhar em 20 minutos o que ganharia exercendo um mês de trabalho “honesto”, caracterizando aqui a prostituição como uma prática “positiva”, já que com ela é possível obter retorno financeiro elevado em alguns minutos. Por outro lado, quando ela afirma “as meninas ficam mais na vida do que trabalhando honestamente”, reafirma efeitos negativos, pois, por oposição, a vida fácil seria então desonesta, suscitando na voz de Mônica um dizer dito antes, em outro lugar, que define o que é afirmado sobre a prática e o que as próprias entrevistadas, interpeladas pela ideologia, devem reafirmar. Para o imaginário social, um emprego honesto estaria ligado a uma prática “honrada” e “virtuosa”, logo aquele que segue os preceitos estabelecidos como corretos. Reverberando os sentidos cristalizados sobre a prostituição, a venda do corpo seria “desonesta”, “desonrada” e “viciosa”, o “mau” exemplo que deve ser (segundo a moral social) “condenado”.

“Coisa boa”, como apontado por Mônica, pode ser associado, mais uma vez, à formação discursiva capitalista, para a qual o melhor custa mais e, para se obter “coisa boa”, então, é

necessário conseguir dinheiro “bem mais fácil”. Além de ganhar dinheiro rápido e “fácil”, a prostituição oferece também flexibilidade no horário de trabalho e autonomia para exercer a atividade quando desejar, ao contrário de profissões que exigem o cumprimento de carga horária específica, sob a pena de desconto salarial se descumprida. Mesmo materializando no discurso a vantagem de ser prostituta, que se ganha em minutos o que se conseguiria com um mês de “trabalho honesto” e que não se quer “ficar trabalhando, limpando o chão dos outros”, ainda assim a permanência na “vida fácil” é negada, bem como a escolha que fizeram, isso porque para a moral convencional a prostituição não é aceita. É a moral estabelecida (e conseqüentemente a memória discursiva e o interdiscurso) que faz Mônica pensar na prostituição como uma prática “ruim”, mas, mesmo ela tentando encobrir e negar isso, a venda do corpo é “boa” para ela, na medida em que ela se beneficia com o dinheiro “fácil”. O lucro, a vantagem econômica, acaba compensando a decaída moral segundo as normas estabelecidas.

Sob a ótica do capitalismo, a prostituição pode ser encarada como algo “bom”, já que elas, enquanto estão vendendo algo e ganhando com isso, podem, então, inserir-se no sistema como consumidoras. Para o funcionamento do capitalismo, seria prejudicial se elas estivessem desempregadas. Ou seja, permite-se, desse modo, que elas entrem no sistema de circulação monetária, fazendo parte da movimentação da economia. Além disso, é “menos um” para reclamar de saúde, desemprego, moradia, etc. Regulamentar a atividade da prostituição como profissão não só implicaria em “integrar” as garotas nas diretrizes jurídicas sociais, mas, mais do que isso, significaria para o Governo arrecadação de impostos, o que, de fato, se tornaria mais um negócio rentável para o Capitalismo.

Assim como Mônica, Ana Paula e Carol também desejam encontrar outra atividade remunerada para deixarem a prostituição:

(SD 09) Pesquisador: Vocês pensam, assim, algum dia parar?

Sim (Ana Paula).

Se Deus quisé... metade desse ano. Antes ainda (Carol).

Pesquisador: Mas daí você pensa em fazê o quê?

Trabalhá (Carol).

Pesquisador: É? Procurá outra coisa?

Já tamo procurando já (Ana Paula e Carol – grifos meus).

Ana Paula e Carol afirmam que desejam sair da prostituição em breve e que pretendem trabalhar e já buscam um emprego, assumindo que deixar a prática que exerceram por mais de 10 anos seja simples. A vontade que possuem e a ilusão de parar de se prostituir e encontrar um emprego que possibilite receber um retorno financeiro condizente com a realidade delas parece, assim, mais uma forma de amenizar a vida que levam, fazê-la mais tolerável aos próprios olhos. Se é simples abandonar a prostituição e encontrar outro trabalho, por que isso já não foi feito? Mais uma vez o discurso falha e os sentidos que vêm à tona revelam que elas estão ali porque querem e não porque foram “obrigadas”. Dizer que vão parar, embora não parem, parece ser suficiente para que elas continuem levando a vida que levam, esquecendo-se do tempo que passa, pois elas vão parar, só não sabem precisamente quando isto vai ocorrer. Carol até afirma “Se Deus quisé”: isso

parece produzir os efeitos de que talvez seja só Deus que queira que ela deixe a prostituição e não Carol ou, ainda, talvez Deus não queira e aí ela ficará na “vida” até que Ele decida por ela; enquanto isso não ocorre, ela espera no *Porto das Sereias* até que a força divina interceda e a tire de lá; mescla de fatalidade e comodismo se denuncia então.

A educação enquanto prática economicamente rentável permeia as SDs 10 e 11, pois o desejo de fazer um curso técnico, terminar o ensino médio ou realizar cursos profissionalizantes estão mais relacionados à oportunidade e à possibilidade de lucrar com a formação obtida do que efetivamente adquirir conhecimento ou realização pessoal.

(SD 10) Ah, **meus planos pro futuro é...** sei lá... De repente eu não curse uma faculdade, porque eu não tenho condições, mas **fazê um curso de enfermagem, que eu tenho muita vontade de trabalhá na área da saúde,** é... terminá meus estudo, que eu parei no primeiro e... sei lá... eu penso assim, meu futuro é isso aí, trabalhá e **consegui o que eu quero** (Mônica – grifos meus).

(SD 11) **Na verdade, até já tô estudando, tem uns curso que eu tô fazendo, que se Deus quisé até final do ano eu vou pra Brasília, né? Vou nas academias militares,** tô estudando (Duda – grifos meus).

Nas duas SDs destacadas, a educação é vista como uma alternativa que possibilita a saída da prostituição. Como dito, percebe-se que a busca pelo conhecimento parece não estar diretamente atrelada à satisfação pessoal e à busca por conhecimento, mas sim a uma forma de adquirir retorno financeiro. E, na dinâmica capitalista, elas precisam encontrar uma segunda forma para se manterem no sistema; por isso, se não venderão o corpo, precisam encontrar alternativas que viabilizem uma renda certa. No capitalismo, todos dependem do capital para a própria sobrevivência, mas, no caso das entrevistadas, parece haver a preocupação de manter o padrão já alcançado por elas, caso contrário, elas já teriam deixado a “vida fácil” para realizar atividades com remuneração mais baixa ou mesmo não teriam nem optado pelo comércio do sexo. Como dito, apesar de negarem e “tentarem” esconder, a prostituição é uma opção realizada por elas, em virtude do retorno financeiro que traz. Neste sentido, a educação está diretamente relacionada com o mercado de trabalho; se elas buscam continuação educacional, isto é feito sob a ótica do capitalismo: melhor preparo educacional, logo melhor emprego e melhor remuneração.

Mônica declara na SD 10 que “de repente” “não curse uma faculdade”, porque não tem “condições”: a que condições ela se refere? Alguns efeitos de sentido poderiam ser tecidos: a) se o Estado tem o dever de prover educação a todos, então ela deveria ter condições de ter acesso ao processo educacional, inclusive o ensino superior, mas não há espaço, efetivamente, para qualquer um, tanto que as universidades estaduais e federais utilizam sistemas seletivos eliminatórios. Apaga-se o fato de a educação ser um direito social e um dever do Estado, como é firmado na Constituição de 1988, no Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988); b) “condições” poderia também remeter à falta de dinheiro para pagar o ensino superior, já que, se o Estado não consegue suprir as necessidades de todos, o recurso particular seria uma opção, mas

possui um custo elevado e não ter “condições”, então, seria não poder pagar pelo ensino. Além disso, existe uma memória que associa educação a *status* social e prestígio, sendo restrita a poucos, como afirma Habner (2012, p. 57): “Mas no século XIX, a educação no Brasil permaneceu bastante limitada àqueles que tinham acesso a seus benefícios por conta de ‘berço’ ou posição social”; c) não ter “condições” poderia também estar relacionado à própria marginalização em que vivem. Não que garotas de programa não frequentem o ensino superior, mas parece, pela história e pela memória existente, que este não é o lugar delas, já que a educação é comumente relacionada a garotas de “boa conduta”.

Como já mencionado, a educação está atrelada a *status* social e a prestígio. Há um discurso dito em outro lugar sobre a educação que ecoa na memória social: a) estudar já foi, antes com mais intensidade, privilégio de poucos; b) a educação possibilita mobilidade, é uma forma de lutar pela ascensão e inserção social, um modo de diminuir as relações desiguais de classe (por isso, talvez, que ainda não seja tão democrática); c) o somatório da educação e do alto retorno financeiro fazem com que algumas profissões e, conseqüentemente, determinados cursos universitários tenham *status* mais elevado socialmente, como é o caso de cursos relacionados à área da saúde, engenharias e Direito, por exemplo. Tanto que Mônica diz que pretende fazer “um curso de enfermagem”, pois ela tem “muita vontade de trabalhá na área da saúde”. Talvez ela nem tenha afinidade com tal profissão, mas sabe-se pela memória discursiva e pelo interdiscurso, que essa seria uma prática que traria o retorno financeiro desejado por ela. Mônica silencia sobre os anos de estudo e sobre a dedicação necessária para alcançar a graduação desejada, até porque aborda o prestígio de ser um profissional da área da saúde, mas não do preço que se deve pagar para atingir isso. Ainda, a enfermagem era uma das poucas profissões que as mulheres podiam exercer, podendo sair do âmbito da casa sem perder a honra da família, ou mesmo do esposo. Ou seja, há dizeres ditos antes que associam a enfermagem como uma profissão digna e honrada para as mulheres e a “escolha” de Mônica não parece ter sido em vão, enquanto marginalizada, ela deseja adentrar novamente o âmbito social e transitar nos lugares aceitos e tidos como “certos” e esperados para um mulher; deixa-se a imagem de desvirtuada para a de virtuosa.

Poderia ser pensado também que escolher enfermagem esteja, inconscientemente, relacionado com a própria prática exercida. A prostituição expõe as garotas às DSTs o tempo todo; não será a escolha do curso um ato falho para estudar sobre saúde e continuar sendo garota de programa, sem riscos? A hipótese levantada está associada ao fato de que Mônica poderia ter citado qualquer outro curso, qualquer outra profissão, mas, se justamente escolheu enfermagem, talvez tenham outros sentidos ocultos para o desejo de fazer um curso da área da saúde. A enfermagem também é a profissão que cuida do corpo e de seus fluídos, que visa suavizar e aliviar as dores do outro, sentidos que se encontram com a prostituição, prática destinada ao alívio da pulsão sexual. Nesse sentido, a opção por enfermagem pode ter relação com uma escolha inconsciente.

Ainda no mesmo prisma de avaliação, Duda afirma que está estudando e que pretende fazer parte das academias militares, novamente associando a profissão a um *status* elevado, que é seguido de alta remuneração. O objetivo delas não é outra coisa senão a conquista de dinheiro. A

cultura e a educação são vistos, portanto, como um bem de consumo e um negócio no qual investir se relacionaria com o retorno que o conhecimento pode dar. Não se venderia sexo, mas conhecimento, o que é aceitável socialmente. Dentre os efeitos de sentido que essa escolha possa suscitar, Duda passa de transgressora a controladora da moral, ela passa a ser a guardiã dos bons costumes, sendo este um poder instituído socialmente.

Duda, diferentemente das outras, afirma estar iniciando o plano de deixar o *Porto das Sereias*, até porque a idade (mais que 30 anos) força as garotas a procurarem uma alternativa de renda, como é dito por Carol:

(SD 12) **Aqui vai até os 30**, tem mulher que tem 32, 35 anos e tá aqui dentro, mas é A mulher... como **tem umas que chegou nos 30 a casa não aceita mais** (Carol – grifos meus).

Ser “A mulher”, uma “mulher boa” (no sentido de “boazuda” e não de “boazinha”), é aqui apresentado como requisito para continuar na casa depois de certa idade. Com a idade avançada, e justamente por isso, pelo tempo que passa, é que elas precisam encontrar ou dizer a si mesmas que estão procurando as portas de entrada para outra profissão. Duda efetivamente afirma que está se preparando para deixar as casas que frequenta, mas as demais parecem estar dizendo somente a si próprias que sairão ou quando Deus quiser.

Dentre as opções para deixar a prostituição, o casamento é, se não a mais importante, mais uma das alternativas. O matrimônio parece garantir uma saída “digna”, já que elas deixam de vez a imagem de mulher de vida fácil, promíscua e transgressora e passam à condição de mulheres respeitáveis, dignas e virtuosas. O casamento é o laço que as redime frente à sociedade, pois, com o matrimônio, a mulher (sendo ela prostituta ou não) passa a ocupar outra posição, a de esposa, e, por consequência, tudo o que a formação discursiva impõe, espera e traz como injunção.

Pode-se perceber nas SDs que o casamento é mais que uma alternativa para deixar a prostituição; ele é a realização pessoal das entrevistadas. Fruto de uma memória fortemente construída, o enlace matrimonial suscita efeitos de sentido positivos: credibilidade e virtuosidade do casal, estabilidade econômica e social, formação da família, ter filhos e a legitimação do relacionamento sexual. Por isso, pelo fato de ser encarado positivamente pela sociedade, o matrimônio passa a ser um desejo a ser alcançado:

(SD 13) E **graças a Deus eu até tenho um japonês** aí, que **ele nem sabe do que eu faço**, mas ele é uma pessoa, assim, que me ensina e eu posso dizê, assim, que **eu tenho um porto seguro**, e é ele. **É meu namorado**, mora em Foz do Iguaçu, **qué casá comigo** (Duda – grifos meus).

Na SD 13, o homem com quem Duda mantém um relacionamento “sério” e duradouro é considerado por ela como seu “Porto seguro” e é quem deseja se casar com ela, podendo, então, tirá-la do *Porto das Sereias*. Entretanto, o namorado de Duda desconhece a atividade que ela faz para ganhar dinheiro e, talvez, por isso ele aceite manter o relacionamento. Isto faz pensar que, se ele soubesse das práticas de Duda, talvez não teria aceitado namorá-la ou não a teria pedido em

casamento, porque há no imaginário social uma diferenciação entre as mulheres para se casar e as outras destinadas apenas à diversão:

O prazer é a única coisa que a cortesã pode dar; a concubina pode proporcionar, além disso, as satisfações da existência cotidiana; **mas somente a esposa pode exercer certa função pertinente ao seu próprio status: dar filhos legítimos e garantir a continuidade da instituição familiar** (FOUCAULT, 1984, p. 134 – grifos meus).

A distinção entre os papéis de mulher digna para o casamento e de meretriz faz parte da memória social. Se Duda contasse ao seu namorado sobre a vida que leva, ela poderia ser aceita por ele, independentemente do que faz, ou ele a renegaria e, com isso, mais uma porta para deixar a vida “fácil” se fecharia. Se Duda prefere a omissão é porque um discurso dito antes e em outro lugar repete um discurso machista, imerso num sistema ideológico que se revela contra a aceitação da prostituta como esposa e como “rainha do lar”. É o ecoar desse discurso que faz com que Duda esconda a prática que exerce não só do namorado, mas dos filhos e do ex-marido.

Duda inclusive agradece a Deus (terá sido uma graça alcançada?) por ter alguém que possa tirá-la da prostituição; por isso, ela não poderia se arriscar a perder essa chance. Aliás, Duda não só pretende começar uma nova vida, deixando os “erros” para trás, passando a ocupar o lugar de esposa digna e respeitável perante a sociedade, como também deseja que seu futuro marido a veja dessa forma: uma mulher “direita” e virtuosa, digna de tomar conta do lar e de educar os filhos:

Os advogados da moral e dos ‘bons costumes’ lembravam-nas sempre de que, embora as personagens femininas ousadas das telas ou dos romances causem impressão, **apenas as ‘mulheres boas e puras’ estão destinadas ao casamento. As que fogem do modelo – as ‘descaradas’, as ‘escandalosas’, as ‘mundanas’** (afeitas à gandaia) e as ‘artificiais’ (que recorrem a cosméticos e demais artimanhas para iludir os homens) –, **diziam, são mulheres descartáveis** (PINSKY, 2012, p. 478 – grifos meus).

A distinção discursiva entre as boas (destinadas ao casamento e aos cuidados domésticos) e as más mulheres (“usadas” apenas para momentos de prazer e diversão) acaba suscitando práticas e comportamentos considerados adequados para uma (boa) e atitudes inoportunas para outra (má):

(SD 14) **A noite acaba com a mulher e também não é uma coisa assim que você possa arrumar um bom casamento, porque hoje em dia tem muito preconceito, né? Então, por isso eu não quero ficar não assim, não tenho vontade de ficar nessa vida pra sempre** (Mônica – grifos meus).

Mônica reproduz o mesmo discurso que distingue a boa da má mulher, evidenciando que, na condição de má (garota de programa), ela não poderia encontrar um “bom casamento”, principalmente estando na “noite”. Se o objetivo de Mônica é encontrar um homem “legal” para casar, não será na “noite”, afirma, que irá encontrá-lo, até porque as pessoas têm “muito preconceito”. Tal preconceito evidenciado por Mônica está atrelado ao discurso cristalizado sobre a

mulher ideal: “Filha obediente, esposa submissa, mãe dedicada, é temente a Deus, virtuosa e recatada. E não faz nada que comprometa essa reputação” (PINSKY, 2012, p. 472). Na “noite”, Mônica estava exposta para que pensassem justamente o contrário: desobediente, viciosa e subversiva. Além disso, o imaginário faz pensar que os homens que procuram por mulheres em boates não estão interessados, a princípio, em encontrar uma esposa. A mulher destinada ao casamento, a “moça de família” e a prostituta ocupam espaços diferenciados; por isso Mônica não acha que estando na “noite” algum homem desejasse casar-se com ela, mesmo sabendo da atividade que exerce para ganhar dinheiro.

A “noite” acaba com a mulher em que sentido? Essa afirmação de Mônica poderia estar relacionada com a prática da venda de sexo durante todo o período noturno, somado ao uso de bebidas alcoólicas (talvez) que a deixam “cansada” e “acabada”, considerando ser esse um ritmo frequente. Ou ainda, poderia ser a “noite”, no sentido mesmo da prostituição, que acaba com os valores sociais relacionados à mulher, rebaixando-a moralmente, estigmatizando-a.

O desejo de casar, mas ao mesmo tempo saber que a prostituição é um empecilho para se alcançar isso, também se reverbera na SD 15:

(SD 15) Casá, todas nós qué. Tipo assim, por isso que nós trabalha em Cascavel, nós moramos em Toledo. Casá todas nós qué, ter uma família, todas nós qué, mas pra quem sabe, nunca que um home daqui de Cascavel vai querê casá com nós, como que ele vai querê andá no shopping, no mercado, pegá a nossa mão? Não existe o homem que vai fazê isso. Entende? Ou você tem certeza que... ou você para com tudo e vai trabalhá, primeiro mostra que você mudou pra você ter alguém ou você vai ficar sozinha. Entre os dois eu prefiro fica sozinha. Não quero mais casá, não quero mais home, não quero mesmo (Carol - grifos meus).

Carol e Ana Paula buscam, assim como Duda e Mônica, esconder que se prostituem, principalmente quando procuram um companheiro. Há uma separação bastante distinta entre a casa (localizada na cidade de Toledo) e a “rua”, (no caso, o *Porto das Sereias*, um dos locais em que se prostituem); mesmo que elas transitem entre os dois espaços, ninguém pode conhecer a relação que existe entre os dois ambientes. Muitas vezes, para que as entrevistadas consigam esconder da família, dos amigos e dos filhos que são garotas de programa, é necessário vender o corpo longe da morada, longe dos olhos de quem pode, eventualmente, reconhecê-las na noite. São as sombras, não só da noite, mas do não visível, que garantem a elas o anonimato, isentando os filhos de serem chamados de filhos da puta. Esconder-se é uma proteção.

Elas precisam omitir que vendem sexo por dinheiro, pois, para se casar segundo os preceitos das instituições, é necessário apresentar-se “correta”, “digna” e ser fiel, características consideradas pelo imaginário ausente numa prostituta. Casar, passear no shopping, no mercado e pegar na mão corresponde à descrição romântica de um casal. Entretanto, para as entrevistadas, apesar do “sonho”, essa não é a realidade de que compartilham, pois, se um homem as assumisse como esposa, mesmo sabendo que se trata de uma garota de programa, a dignidade desta poderia ser contestada a qualquer momento, entrando em jogo, inclusive a fidelidade feminina. Além disso, a própria reputação masculina poderia ser ameaçada a qualquer momento por outros

homens, é por conta desses sentidos pré-existentes que Carol afirma que “nunca que um home daqui de Cascavel vai querê casá com nós” e que “Não existe o homem que vai fazê isso”.

Assim, segundo Carol, se o homem souber que a futura esposa se prostitui, ele “nunca” aceitará se casar. A alternativa que possibilite que isso ocorra é a redenção social da mulher, se for possível, para que possa ser aceita. Para a redenção funcionar, segundo a entrevistada, é necessário, então, arrepender-se dos “pecados” e provar à sociedade que estão arrependidas; e mesmo assim sempre existiria o risco do reconhecimento e do estigma que pesa sobre a atividade. Mas, a partir disso, elas podem buscar a união matrimonial. Segundo Carol, é preciso parar com “tudo” e trabalhar (em uma profissão reconhecida socialmente como digna), mostrar que “mudou” primeiro e, depois, buscar alguém para casar. Caso contrário, elas ficarão sozinhas. Apresentar-se como arrependida dos “erros” cometidos reafirma os sentidos negativos sobre a prostituição, sendo necessário “mudar”, deixar de ser promiscua para ser recatada e só assim se torna possível adentrar ao universo do casamento sem maiores problemas ou, então, esconder e renegar o passado ao futuro marido. Se não fizer isso, segundo Carol, a mulher corre o risco de ficar sozinha.

A ocorrência da denegação discursiva, em que o recalque do inconsciente vem à tona por meio da negação no intradiscurso (INDURSKY, 1990), permeia a SD 15. Assim, o que é negado por Carol, pode suscitar uma afirmação. A entrevistada no início da SD quer casar (anseio compartilhado por todas as entrevistadas), mas finaliza afirmando que **não** quer mais casar, **não** quer mais homem, **não** quer mesmo. Além do efeito contraditório instaurado no recorte enunciativo, a negação evidencia, então, o que Carol deseja, de fato; porém o efeito denegativo busca esconder isso, talvez porque seja mais fácil negar o desejo do que buscar realizá-lo ou enfrentar a realidade que vive e as possibilidades que, de fato, poderia buscar.

Atenta-se para o fato de o homem parecer ser sempre a resolução para o problema e a porta de saída da prostituição (embora ele a mantenha, o que já é uma contradição). Apesar de sua presença ser silenciada nas SDs, existe uma determinada dependência da figura masculina para as entrevistadas: seja como cliente, necessário para a realização delas enquanto garotas de programa; seja como o “sonho” de encontrar a outra metade, constituir família e, quem sabe, até depender desse marido para o sustento. A própria sujeição da mulher ao casamento evidencia a sua dependência do relacionamento amoroso. Até mesmo a liberdade sexual das garotas de programa estaria relacionada à satisfação do cliente e não delas.

A mulher está sujeita ao casamento, tanto que, no interdiscurso, há um dizer sobre a distinção entre as mulheres casadas e as solteiras de idades avançadas. A mulher só poderia encontrar a felicidade plena se efetivasse o laço matrimonial e tivesse filhos. E isso até as impulsionava a terem uma união matrimonial forçada, para não morrerem solteiras, e a lógica do ditado popular seria o inverso: “antes mal acompanhadas do que sozinhas”:

‘Solteirona’ era estigma, sinal de fracasso e esquisitice num tempo em que o casamento era garantia da ordem social e o destino dourado de toda mulher. A expressão designava a que ‘passou da idade’ de se casar. A não moça que perdera a oportunidade de constituir sua própria família com filhos e corria o risco de tornar-se um peso para os parentes já era

chamada assim, para desespero das jovencinhas que desde sempre temiam a solidão, mas também se preocupavam com seu futuro econômico na falta de um homem que as sustentassem (PINSKY, 2012, p. 490 – grifos meus).

Os sentidos de “solteirona” ou “ficou para titia” ainda estão vivos e permeiam a formação discursiva feminina, fazendo com que as mulheres busquem como escapatória o casamento como um objetivo a ser alcançado. Tais sentidos que parecem estar distantes da dinâmica social atual, na verdade reverberam na fala das entrevistadas, tanto que **todas** afirmam que querem se casar, que o casamento é um “sonho”. Mesmo sendo **todas** divorciadas e sabendo que relacionamentos são difíceis e que o matrimônio não é tão romântico, assim mesmo elas pretendem (ou dizem que pretendem) efetivar o enlace amoroso. O que impera é a necessidade culturalmente construída de casar-se, constituir família e ter filhos e, subjazendo a tudo, o amor romântico.

O que se percebe é que as entrevistadas possuem um histórico não tão “bom” com o casamento, já que todas são divorciadas e, pela lógica religiosa e social, o casamento deveria durar “até que a morte” separe quem “Deus uniu”. Sendo assim, apesar de o casamento não ser mais um desconhecido e apesar de terem passado pelas dificuldades que todo relacionamento tem (e que o amor burguês apaga), ainda assim buscam o matrimônio, para a realização pessoal, como objetivo de vida, como forma de deixar a vida que levam ou ainda todas as opções anteriores. A ideologia funciona tão bem que, mesmo sabendo que o casamento pode falhar, elas ainda creem no matrimônio como salvação, numa incessante busca pelo príncipe encantado.

Ressalta-se a possibilidade de que talvez o casamento nem seja tão idealizado e nem tão necessário assim para elas, mas afirmar que deseja o enlace matrimonial pode significar que elas dizem o que o outro quer ouvir, quando querem, na verdade, continuar sendo garotas de programa (mesmo que não possam admitir isso). Se de um lado há a reafirmação dos valores românticos familiares, de outro há a negação de ocupar o lado marginalizado da história e entre reconhecer-se no “erro” ou adentrar o idealizado lugar de esposa, elas preferem a segunda opção.

Se até o século XVIII a união matrimonial era efetivada pensando, principalmente, nas relações econômicas, a partir desse período as diretrizes do amor romântico fez-se mais presente na dinâmica social:

O amor romântico, pelo menos em termos ideais, **ganhou maior relevância dentro do casamento reconhecido pelo Estado e pela Igreja**. O próprio discurso de médicos e higienistas (inspirados em ideias já consagradas na Europa) chegava a criticar a separação entre ‘sexo e amor’, advogando a integração de ambos no matrimônio como a forma mais saudável e moralmente recomendável de relacionamento (SCOTT, 2012, p. 17 – grifos meus).

O casamento é idealizado e romantizado pelas garotas entrevistadas, sendo ele encarado por elas não somente como uma forma de deixar a boate, mas um “sonho” que desejam que se torne realidade:

(SD 16) Pesquisador: E vocês pensam em casar?
Ah, **é meu sonho** (Carol – grifos meus).

O que chama a atenção na SD 16 é o fato de Carol já ter sido casada e ter três filhos de relações diferentes e, ainda assim, deseja o casamento como uma idealização romântica. Os problemas encontrados com os maridos anteriores e as dificuldades sentidas por ela são apagados em busca novamente de um enlace; quem sabe, desta vez duradouro, desejando que o “felizes para sempre” se efetive.

Talvez elas tenham encontrado somente sapos até agora, mas desejam que o príncipe encantado apareça para tirá-las da situação em que vivem. O casamento é a salvação “mágica” que elas precisam, pois além de, finalmente, realizarem o sonho de suas vidas, como pontua Carol, ainda se tornarão esposas dignas, longe de qualquer suspeita. Com a aliança na mão esquerda, elas deixam de estar à margem e passam a fazer parte da trama social, exercendo, efetivamente, o que era desenhado como natural para a mulher:

Na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que **as mulheres eram, ‘por natureza’, destinadas ao casamento e à maternidade**. Considerado parte integrante da essência feminina, esse destino surgia como praticamente incontestável. **A família era tida como central na vida das mulheres** e referência principal de sua identidade: uma moça solteira era, sobretudo, ‘a filha’, uma senhora casada, ‘a esposa’. **A dedicação ao lar, decorrência óbvia e inescapável, fazia do papel de ‘dona de casa’ parte integrante das atribuições naturais da mulher** (PINSKY, 2012, p. 471 – grifos meus).

Ser esposa, dona de casa e mãe são, ainda, sentidos que ecoam sobre a mulher, evidenciando que tais posições são ocupadas com naturalidade. De fato, o matrimônio, talvez mais fortemente idealizado pela mulher do que pelo homem, é, para muitas, o destino inegável. Ana Paula já foi casada duas vezes e, como as demais, deseja também se casar novamente. Com Mônica, esse desejo se repete:

(SD 17) Com certeza. **Se eu arrumá uma pessoa legal**, que até hoje, depois que eu me separei, eu não arrumei uma pessoa legal. **Meu ex-marido me traiu com outra**, me trocou por outra, mas eu também não levo isso em consideração, tipo, **hoje eu já perdoei, mas se eu conhecesse uma pessoa legal eu caso sim, não porque ele fez isso que o outro vai fazer**. Eu só não pretendo ter mais filhos, entendeu? **Mas casar e ter um futuro com o marido, com uma pessoa que goste de mim de verdade, que possa me dar uma vida estável, sim** (Mônica – grifos meus).

Encontrar uma “pessoa legal” evidencia o desejo de encontrar o homem idealizado, alguém que goste dela de “verdade”, que possa “dar uma vida estável”. Como dito antes, mesmo apesar das dificuldades já constatadas e encontradas em relacionamentos anteriores, como mesmo expõe Mônica ao relatar que seu ex-marido a “traiu com outra”, a “trocou por outra”, ainda assim ela pretende se unir a outro homem ou, ainda, encontrar o príncipe.

A traição do marido é encarada com certa naturalidade por Mônica, inclusive, porque ela afirma que já perdoou o ex-marido. Há um imaginário acerca da sexualidade masculina, taxando o homem de possuir mais desejo sexual do que a mulher. A sexualidade considerada quase impulsiva do homem é perpetuada por uma memória que considera natural que os homens tenham

fora do casamento as concubinas e que visitem as casas de meretrício. Tanto que as boates recebem não só homens solteiros, mas casados também. Assim, parece ser “entendível” para Mônica que seu ex-marido a tenha traído.

Mônica pretende “se casar e ter um futuro com o marido”, o que faz pensar que, sem o marido, então, ela não teria futuro? O marido, então, parece estar associado à figura historicamente construída do provedor, que pode subsidiar os custos de esposa e filhos, conduzindo-os para o “futuro”, ou seja, “cuidando” para que a família avance e cresça: sem ele isso não seria possível. A “vida estável” a que Mônica se refere pode estar ligada tanto ao relacionamento estável, duradouro, com um homem apenas, como também à questão financeira, já que a estabilidade econômica viria com o casamento.

Como já dito anteriormente, a mulher (esposa, virtuosa) é constituída por oposição à prostituta (devassa, imoral) e, por isso, esses dois lugares dificilmente são ocupados por uma mesma mulher; até poderiam, mas não dentro do lugar ideal construído e exigido socialmente. No caso das entrevistadas, nenhuma delas se prostituía enquanto estava casada:

(SD 18) Pesquisador: Você já foi casada?

Eu já casei. (Ana Paula)

Eu já também. (Carol)

Pesquisador: E você ficou quanto tempo casada?

O primeiro, 2. 2 anos e pouquinho. O segundo 5. (Ana Paula)

Pesquisador: Foi um bom tempo, né?

Bom tempo. **Então, eu não trabalhei a minha vida inteira tipo nessa noite, então eu fiquei...** (Ana Paula)

Sempre teve um intervalo... (Carol)

Pesquisador: Na época, então, que você ficou casada, você parou?

Cinco anos. Faz dois anos que eu voltei. (Ana Paula)

Pesquisador: E nos dois anos do primeiro casamento também?

Não, não trabalhava também. (Ana Paula)

Pesquisador: E você também?

Eu fui casada seis anos com o pai da minha primeira filha... (Carol)

Mas antes de vim pra noite, né? (Ana Paula)

(Ana Paula e Carol – grifos meus).

(SD 19) **É... fiquei casada, sem nada, trabalhava de diarista, trabalhava de empregada doméstica**, aí foi onde que não deu certo, era um cara muito vagabundo, chave de cadeia. **Separei dele, voltei pra noite**, fiquei muito tempo. Aí casei de novo, fiquei dois meses... (Risos) e separei, que eu tenho minha última filha (Carol – grifos meus).

Nas SD 18 e 19, no diálogo entre pesquisador, Ana Paula e Carol, as entrevistadas evidenciam e buscam reforçar que, quando estavam casadas, não trabalharam “na noite”, o que demonstra que, aparentemente, seguiram os valores cristãos e sociais que regem a esfera familiar. Uma esposa, segundo os preceitos morais e religiosos, deve ser fiel a seu marido: “Por um lado, as mulheres, enquanto esposas, são de fato circunscritas por seu *status* jurídico e social; **toda a sua atividade sexual deve se situar no interior da relação conjugal e seu marido deve ser o parceiro exclusivo**” (FOUCAULT, 1984, p. 131 – grifos nossos). Assim, a mulher, enquanto esposa, não poderia ser também a garota de programa que vende sexo a quantos homens desejar. O que se nota é que o homem possui maior liberdade sexual, encarado, muitas vezes, como natural que ele

busque relações extraconjugais, apesar de a fidelidade ser garantida por Lei e defendida religiosamente.

O casamento é uma instituição estabelecida não apenas pela sociedade, mas também legitimada pelo discurso religioso, tanto que os preceitos jurídicos que regem a instituição familiar aceita a consagração do matrimônio durante a cerimônia religiosa. Segundo o Art. 226 da Constituição de 1988, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” e “§ 2º – O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei” (BRASIL, 1988). O casamento é visto como uma instituição sagrada e os preceitos jurídicos ancoram tais valores.

A fidelidade entre o casal é um dever institucionalizado por lei. Para o Código Civil de 2002, segundo o Art. 1.566. “São deveres de ambos os cônjuges: I – fidelidade recíproca; [...] V – respeito e consideração mútuos”. Tem-se que o discurso jurídico também suscita sentidos de ordem imperativa, que regem comportamentos e condutas dos sujeitos sociais. Por isso, o não envolvimento das garotas de programa com o comércio do sexo, quando foram esposas, pode também estar atrelado à imposição jurídica, mesmo que tal imposição de sentidos se efetive sem o sujeito se dar conta. Tanto que o não cumprimento de tais diretrizes pode suscitar a separação do casal, como mostra o Art. 1.573: “Podem caracterizar a impossibilidade da comunhão de vida a ocorrência de algum dos seguintes motivos: I – adultério; [...] VI – conduta desonrosa” (BRASIL, 2002). É o que é afirmado por Izilda e Borelli (2012, p. 131):

O *status* familiar e cívico da mulher casada lhe impõe as regras de uma conduta que é a de uma prática sexual estritamente conjugal. Não é que a virtude seja inútil às mulheres, longe disso; mas sua *sophrosune* [honestidade] tem por função garantir que elas saberão respeitar, por vontade e razão, as regras que lhes são impostas (Grifos meus).

O casamento não só diz às mulheres que elas precisam respeitar e serem fieis a seus maridos, como também perpetua a necessidade de o sexo estar atrelado ao amor (romântico). Tanto que, para Carol, o amor é destinado ao parceiro fixo; no aluguel no corpo, não há envolvimento amoroso:

(SD 20) **Porque a gente tá aqui pra trabalhá,** é um serviço, **é totalmente diferente de fazê amor com um homem,** não tem nada a ver. Eu memo **faz dois mês que não sei o que é um homi.** Veja, eu não sei mais o que é (Carol – grifos meus).

A prostituição, apesar de não ser legitimada enquanto profissão, é tida por Carol como um serviço; e com profissionalismo ela não poderia sentir amor. Inclusive, até mesmo se sentem prazer com os clientes, isso é silenciado. As garotas de programa estão à disposição para que seus clientes sintam prazer e realizem fantasias; elas não poderiam afirmar sentir prazer, pois estariam declarando que gostam do que fazem. Segundo Carol, faz dois meses que ela não sabe “o que é um homi”; isso não significa que ela não teve relações sexuais, mas sim que não manteve relações com homens porque desejava, porque tinha vontade ou prazer. Afirmar que não sente prazer pode suscitar que Carol busca passar a imagem de “boa” moça, comprovando que ela faz o que faz por

obrigação e não porque gosta. Dizer que sente prazer seria declarar que ela sente satisfação de vender sexo e isso não poderia ser dito.

Salienta-se que todas as alternativas que possibilitam deixar a venda do corpo apontadas pelas entrevistadas são consideradas moralmente corretas. É como se outros empregos, estudos e casamento fossem formas de levá-las à redenção de seus pecados. E também, lembrando as relações imaginárias e as condições de produção do discurso, elas não poderiam dizer que, para deixar a prostituição, se tornariam traficantes ou ladras; o que se quer dizer, é que ainda dentro do discurso politicamente correto e da imagem que elas procuram suscitar no interlocutor, as entrevistadas buscam enfatizar que estão dentro da moral delineada como “certa” e que, então, apesar de seguir por um caminho “torto”, elas buscam escrever certo seu destino.

Elas estão à margem, mas buscam, incessantemente, retornar ao caminho dos “tijolos amarelos”, seja pela afirmação de ocuparem outros lugares, como o materno, por exemplo, engrandecendo esse e diminuindo a ênfase dada ao fato de serem prostitutas, seja pelas possibilidades encontradas (recolocação no mercado de trabalho, educação e casamento) de voltar a ser consideradas “corretas”, “virtuosas”. Defendem tanto o lugar de mãe que ocupam e o lugar de esposa que pretendem ocupar, tornando-se dignas e respeitadas, que até podem ser x (garotas de programa), mas buscam o y (esposas, ocupar outra profissão) como forma de “salvação”.

Em alguns momentos, a impressão que se tem é que as alternativas (praticamente todas apontam as três formas possíveis de deixar a prostituição: educação, outro emprego e o casamento) não são efetivamente caminhos certos e prováveis; são miragens idealizadas por elas desde que entraram para a “vida fácil”. É a esperança de um dia deixar a venda de sexo que as conforta no passar dos anos, mas, por outro lado, as facilidades da vida que levam parecem fazê-las permanecer no meretrício.

Dizem que querem y (casar, encontrar outro emprego, estudar), mas fazem e continuam fazendo x (vendendo sexo): contradição que se resolve com a afirmação de que fazem o que fazem porque gostam do que fazem? Eis a grande incógnita que permanece. E se continuam fazendo o que fazem porque gostam (eis uma hipótese interessante), a fratura do seu discurso provém do fato de não poderem admitir que sentem prazer com o que fazem, obrigando-se a buscar razões e justificativas para a prostituição, mas que são explicações que mais as enredam numa teia sem saída que cria um discurso paradoxal e contraditório. O que elas buscam é amenizar a “culpa” imposta a elas com desculpas que sensibilizam, mas não as eximem de estarem no *Porto das Sereias* por opção e porque, no fundo, fizeram essa escolha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mais do mesmo ecoou nos discursos coletados; vê-se a memória sobre a prostituição dita em outro lugar se perpetuando. As mesmas justificativas para a entrada na vida “fácil”, o mesmo encobrimento (consciente e inconsciente) de afirmarem quem elas são, as mesmas

alternativas para deixar a venda de sexo permeiam as SDs, reafirmando o discurso cristalizado sobre a prática.

A prostituição é defendida pelas entrevistadas como uma forma passageira de ganhar a vida. Como mostrado, a venda do corpo não é encarada por elas como uma prática louvável, é “errada”, mas elas mostram estar pensando em alternativas consideradas moralmente “corretas” para deixar a vida que levam; são saídas que as levarão para a redenção de seus pecados. Uma vez fora da prostituição, elas passariam a ocupar outros lugares, lugares esses idealizados e defendidos por elas: mãe, esposa, filha “digna”, “estudante”, profissional em uma função aceitável socialmente. Nas SDs, reverbera a repetição do discurso moralmente correto; elas desejam (re)(in)gressar em uma vida que consideram ideal. O contrário não poderia ser dito. Dizer que pretendem continuar na prostituição (mesmo que essa talvez seja a vontade delas, embora poderia até ser uma vontade do inconsciente) seria arcar com as consequências desse enunciado, pois a prostituta, como se viu no início do trabalho, até é aceitável pela sociedade que precisa dela para o equilíbrio social, mas desde que elas continuem à margem. Assumir que gosta do que faz, que acha “certo”, que sente prazer e que deseja vender sexo para o resto da vida é fazer repercutir efeitos contrários ao que esperaria a moral estabelecida.

Questiona-se se essas alternativas anunciadas por elas como portas de saída são efetivamente saídas ou se são apenas caminhos incertos, imagináveis como viáveis, sonhos que lhes possibilite continuar na vida que levam sob a esperança de um dia deixar o que fazem. Não serão essas alternativas apenas esperanças que amenizam o passar dos anos, pois, caso fosse tão fácil deixar a prostituição e seguir os caminhos apontados por elas, porque as sereias desse porto sem mar permanecem vendendo sexo há mais de 10 anos? A promessa de deixar a casa não parece efetivar-se. Ou, talvez não queiram deixar o meretrício, já que, como evidenciado por elas, não receberiam em outro trabalho o que conseguem em uma noite; assim abrir as portas da saída é adiado ano após ano.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Código Civil** 2002 — Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 342 p. — (Série fontes de referência. Legislação ; n. 43). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> acesso em: 25/10/2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> acesso em: 25/10/2012.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- HABNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19, jul/dez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 117–122.
- LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Fontes, 3ª edição, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Ana Silvia. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.